



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Fé contra fake news

O candidato Leandro Grass (PT) esteve, ontem, com o arcebispo de Brasília, Dom Paulo Cezar Costa, ao lado da vice de sua chapa, Dora Gomes (PV). Foi um gesto de Grass para mostrar a ligação com a Igreja Católica e desmentir fake news sobre a sua fé. Em vídeo nas redes sociais, Grass disse que foi batizado, fez primeira comunhão, crisma, foi catequista, participou da Pastoral da Juventude, do Segue-me, da Escalada, foi palestrante, ministro da Eucaristia. Além disso, é músico católico e sempre conversa com Dom Paulo.



Reprodução/Instagram



Ed Alves/CB/D.A. Press

Roney Nemer mira Secretaria de Governo

Recém-eleito para a Câmara Legislativa, Roney Nemer (PP) já se movimentava para ocupar a Secretaria de Governo, caso Celina Leão confirme a reeleição no domingo. A ida do parlamentar para o Executivo teria efeito imediato no Legislativo: abriria vaga para Cláudio Abrantes (União), primeiro suplente da federação. As pretensões de Roney vão além da pasta. Crítico da atual gestão do DER-DF, ele quer levar o órgão para a sua cota. Ex-presidente do Brasília Ambiental (Ibram), cargo que deixou para disputar a eleição, Roney também mantém influência na Administração Regional do Recanto das Emas.

“Já debati com muita gente importante, do Brasil e do resto do mundo. Eu me senti muito incomodado de debater com um miliciano que foi preparado para mentir e desrespeitar a sabedoria do povo brasileiro”

Presidente Lula, sobre o debate na Band



NELSON ALMEIDA / AFP



“Enquanto Flávio Bolsonaro apresentou seu projeto para mudar o Brasil, Lula preferiu atacar Bolsonaro, repetir mentiras e renovar promessas que não cumpriu em mais de 20 anos no poder”

Senador eleito Deltan Dallagnol (Novo-PR)



Pablo Valadares / Câmara dos Deputados



Divulgação

Sem resposta

No debate da Band, uma pergunta importante ficou sem resposta: por que Flávio Bolsonaro, quando era deputado estadual, foi o único parlamentar da Assembleia Legislativa do Rio a votar contra a ampliação da licença-maternidade?

Pesquisa mostra que 53,7% do eleitorado acredita na vitória de Flávio Bolsonaro

A nova rodada da pesquisa BTG/Nexus, divulgada ontem, aponta que a maior parte dos brasileiros acredita que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) será eleito presidente no próximo domingo. Ao responderem sobre quem deve vencer as eleições no segundo turno, independentemente do próprio voto, 53,7% disseram que acreditam na vitória de Flávio, enquanto 39,2% apostam na reeleição de Lula. Outros 7,1% não souberam ou não quiseram responder.

Base confiante

A confiança no resultado favorável a Flávio Bolsonaro é maior entre os eleitores “bolsonaristas convictos”. Nesse grupo, 86,2% afirmam que Flávio será o vencedor, e apenas 12,7% preveem uma vitória petista (1,1% não responderam). No campo oposto, o otimismo é menor: 78,7% dos “lulistas convictos” acreditam na vitória de Lula, e 16,3% admitem que o senador deverá ganhar a eleição (5% de abstenções de resposta). “Os dados mostram que Flávio Bolsonaro não só possui uma base mais confiante no resultado final, como conseguiu fixar a narrativa do seu favoritismo fora da sua bolha. O resultado do primeiro turno, que pegou muitos eleitores de surpresa, reflete o pensamento de que a mesma coisa acontecerá agora, no dia 25, analisa o CEO da Nexus, Marcelo Tokarski. A Nexus — Pesquisa e Inteligência de Dados entrevistou, por telefone, 2.002 pessoas entre 16 e 18 de outubro. A margem de erro é de 2 pontos percentuais, com intervalo de confiança de 95%.



NELSON ALMEIDA / AFP

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

ECONOMIA / Serviços financeiros lideram queixas de consumidores em 2026. Levantamento mostra problemas com cobranças indevidas, compras pela internet, cancelamento de serviços e atraso em entregas

Procon-DF tem 22,3 mil reclamações

» DAVI CRUZ

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) completou 36 anos, no último mês, e foi criado para estabelecer regras para as relações entre consumidores e fornecedores. Ele é usado como um instrumento garantidor para que pessoas possam reivindicar direitos diante de problemas com produtos e serviços. Mais de três décadas depois, as reclamações registradas no DF mostram que as relações de consumo ainda geram conflitos e que o perfil das queixas também mudou. Entre janeiro e 16 de outubro deste ano, o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-DF) registrou 22.361 reclamações no sistema ProConsumidor — quase o número de todo o ano passado (22.781). Os serviços financeiros concentram a maior parte das denúncias, com 6.473 queixas.

As compras realizadas pela

internet também representam uma grande parcela dos problemas que chegam ao órgão. Entre as mais de 5,7 mil reclamações registradas como compras ou contratações pela internet, a principal queixa foi a dificuldade ou o atraso no reembolso, com mais de 1 mil denúncias.

A situação é conhecida pela assistente administrativa Joice Vitoria Rodrigues, 23 anos. No início deste ano, ela tentou comprar um celular pela Amazon usando um cartão de crédito. Poucos minutos depois da compra, a transação foi bloqueada por suspeita de fraude.

A plataforma pediu documentos para comprovar a titularidade do cartão. Joice afirmou que enviou as informações pedidas, mas a validação foi recusada. Após outras tentativas, a conta foi bloqueada, e o pedido acabou sendo cancelado. “Foi nesse momento que percebi que precisava buscar meus direitos”, relata.

Depois da experiência, Joice afirma ter passado a prestar mais

Davi Cruz/CB/D.A. Press



Luiz Carlos buscou o Procon por venda casada no clube em que é sócio

atenção aos registros das compras. “Passei a valorizar ainda mais a importância de guardar registros de todas as etapas da compra, como comprovantes, e-mails e protocolos de atendimento, além de conhecer os canais disponíveis para reclamar quando um problema não é resolvido”, disse.

Cobranças

As cobranças são outro problema recorrente. Em 2026, o Procon-DF identificou mais de 5,6 mil queixas em que o problema começava pela classificação “Cobrança”. A maior parte delas envolvia cobrança por produto ou serviço não contratado, não reconhecido ou não solicitado. A orientação do órgão é que

o consumidor conteste a cobrança imediatamente pelos canais oficiais do fornecedor, solicite protocolo e guarde faturas, extratos, contratos, comprovantes e conversas.

Entre os direitos que ainda precisam ser mais conhecidos, de acordo com o Procon-DF, estão o direito de arrependimento nas compras feitas fora do estabelecimento comercial, inclusive pela internet, no prazo de sete dias; o direito de exigir o cumprimento da oferta ou escolher outra solução quando ela não é cumprida; e a garantia legal, que independe da existência de certificado.

O administrador Luiz Carlos Costa, 64, procurou o Procon-DF, no último dia 16, após se deparar com uma exigência, que considera

abusiva, em um clube do qual é sócio. Segundo ele, o estabelecimento passou a exigir o consumo de todas as refeições do restaurante para que o associado pudesse se hospedar nos chalés. “É uma situação de venda casada que está sendo feita pelo clube. Não vou aceitar, porque meu intuito é aproveitar a natureza, e estão impondo essa questão”, afirma.

Costa diz que procurou o órgão para saber se a exigência é permitida por Lei e afirma ter recebido orientação de que a situação pode caracterizar venda casada. Diante da situação, ele decidiu recorrer ao CDC para resolver seus conflitos. “O Código de Defesa do Consumidor é o advogado. Ele é o intermediário, é alguém que tem força de lei para entrar em contato e fazer com que os direitos de ambas as partes sejam preservados”, afirmou.

A empresária Alexia Costa Silva, 28, também recorreu aos mecanismos de defesa do consumidor após enfrentar problemas com planos de saúde. Ela conta que precisou fazer uma cirurgia quando trabalhava em uma empresa que oferecia plano aos funcionários. Após deixar o emprego, buscou garantir a realização do procedimento pelo plano que tinha. Segundo ela, após procurar diferentes canais e o Procon, conseguiu realizar a operação. Depois, porém, enfrentou novos problemas.

Alexia relata que, durante o pós-operatório, o novo plano foi cancelado após um atraso no pagamento. Segundo ela, com a interrupção do atendimento, passou a pagar consultas, medicamentos e exames por

conta própria e precisou contratar um terceiro plano, que ainda está em período de carência. “Eu tinha que fazer uma ressonância para mostrar para o médico, tive que pagar a consulta. Acho que, juntando tudo, estou num prejuízo de uns R\$ 5 mil ou mais.” Para ela, o CDC deveria ser mais divulgado. “Eu só tive acesso quando precisei.”

Dicas

Para o especialista em direito do consumidor João Paulo Ribeiro Dornelas, o consumidor precisa reunir provas para conseguir demonstrar o problema. “Do lado do consumidor, é importante que a proteção comece pela documentação, ou seja, com a necessidade de guardar contratos, notas fiscais, comprovantes de pagamento e, sobretudo, exigir e anotar o número de protocolo de todo atendimento”, explica.

Antes de realizar uma compra, especialmente pela internet, o especialista orienta verificar o CNPJ, a situação cadastral da empresa, a razão social e o endereço físico. Dornelas recomenda, ainda, consultar a reputação do fornecedor, conferir regras de troca, devolução e cancelamento e verificar se os canais de atendimento são acessíveis.

Outra recomendação é desconfiar de preços muito abaixo do mercado e de ofertas que criam pressão para uma decisão imediata. “Dessa forma, o consumidor bem informado reduz drasticamente o risco de conflito e prejuízo”, garante o advogado.